

AS ACADEMIAS LITERÁRIAS E A POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO AUTÔNOMO EM TERRITÓRIO COLONIAL (BAHIA, SÉCULO XVIII)

*Eduardo José Santos Borges*¹

Em território colonial, aqueles que adentravam o mundo das letras faziam-no como mais uma estratégia de acumulação de capital simbólico, na busca da distinção social e da nobilitação. Ser membro efetivo das academias literárias na América portuguesa significava, no âmbito da sociedade colonial, possuir uma condição de legitimidade e distinção social. Outra possibilidade, para alguns membros das elites baianas do século XVIII, oportunizada pelo pertencimento a uma academia literária foi a de inserir-se na dinâmica cultural e intelectual do Império português. Pois foi justamente neste ambiente histórico que nasceria, em 07 de março de 1724, sob a direta inspiração da Academia Real de História Portuguesa, a Academia Brasílica dos Esquecidos. Mais tarde, junho de 1759, a Bahia ganharia sua segunda instituição literária com a criação da Academia Brasílica dos Renascidos na qual o projeto dos Esquecidos seria retomado, agora com mais força e amadurecimento intelectual.

A Academia Real de História Portuguesa, principal referência para as academias baianas, foi fundada em 1720, sob o mecenato do rei D. João V (1706-1750). Dois aspectos vinculados à Academia Real de História que de certa forma impactaram diretamente no espaço colonial, diz respeito à importância estratégica da Academia como legitimadora do poder absolutista de D. João V e ao início da autonomia do campo historiográfico.

A fundação da Academia Real de História deve-se a um projeto do monarca encomendado a Manuel Caetano de Sousa. Da solicitação de escrita de uma grande história eclesiástica de Portugal, a *Lusitania Sacra*, D. João V ampliou os horizontes para se produzir uma obra mais ousada que escrevesse sobre tudo que pertencesse à história do Reino de Portugal e Algarve e de suas conquistas².

Do ponto de vista da Coroa portuguesa a Real Academia se constituiu em uma instituição de forte conotação política. Na base da construção e registro de uma história do Reino português estava a tentativa da Coroa em estabelecer parâmetros que justificassem e consolidassem a posição do Reino e do Estado português no contexto das nações europeias. Uma instituição como a Academia Real de História, mais do que servir como centro produtivo de conhecimento, servia como instrumento de convergência e de unidade de uma matriz cultural portuguesa. Lisboa se transformou no grande centro de referência cultural do Reino. A Universidade

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professor Assistente do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, Campus Conceição do Coité. E-Mail: <eduardohistoria@hotmail.com>.

² SILVEIRA, Pedro Telles da. *O cego e o coxo: crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2012, p. 50.

de Coimbra continuava sendo o centro de formação intelectual, mas cabia à Real Academia, situada no centro político, fazer a ponte necessária entre cultura e poder.

Em relação à questão do poder de D. João V, pode ser identificada já no fato de ter nascido a academia lusitana, diferente de suas congêneres europeias, sob a proteção régia. O monarca via na produção literária da Academia Nacional, a possibilidade de interferência oficial na construção coletiva de uma história nacional portuguesa³. No âmbito da academia as elites portuguesas leigas e eclesiásticas se integravam em torno de uma produção intelectual que tendia a transferir “informações e competências da esfera eclesiástica para a esfera social”⁴.

O fato de representar uma tentativa de se constituir uma síntese cultural do Reino português e de suas conquistas exigiu, conseqüentemente, da Academia Real, tornar-se o centro de convergência de todas as informações necessárias para se construir uma narrativa histórica de Portugal. Viviam-se um momento de autonomização do campo historiográfico e a Academia Real de História tomou para si sua normatização e unificação. Para Isabel Ferreira da Mota, se referindo a essa função normativa da Real Academia, “os seus folhetos mais normativos corriam avulso pelo país e com eles as normas da Academia circulavam e eram leis no campo historiográfico”⁵.

Com a Academia Real de História, o que antes era função do cronista-mor do Reino, ou seja, a escrita da história oficial portuguesa passa a ser de responsabilidade de eruditos que se utilizaram de regras e métodos para exercer seu ofício. A história também passaria a ter a função de legitimadora da expansão territorial portuguesa em termos de relações externas, o que levou os historiadores régios a serem “frequentemente convocados para municiar os diplomatas nas negociações internacionais”⁶.

Quando afirmo que a Academia Real de História nasceu no contexto de um processo de autonomização do campo historiográfico, é por identificar no século XVIII a culminância de uma dinâmica evolucionista no que dizia respeito à pesquisa e à escrita da história. Como bem afirmou Bruno Casseb: “No século XVIII, a história entraria definitivamente para o universo das disciplinas que deveriam ser utilizadas para conferir mais inteligibilidade ao mundo”⁷. Mais do que cronistas do cotidiano, os que passaram a lidar com a produção histórica no século XVIII, exerceram-na a partir de normas e preceitos que em muito os aproximaram do que conhecemos hoje como trabalho de historiador. Coube, portanto, às academias colaborar coletivamente na produção de novas narrativas históricas.

Partindo do pressuposto de que a produção de uma história portuguesa representaria simbolicamente a unidade do Reino português, o território do ultramar seria necessariamente incorporado como resultado dos feitos heroicos

³ KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 2004, p. 30.

⁴ KANTOR, *Esquecidos e renascidos...*, p. 30.

⁵ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003, p. 129.

⁶ KANTOR, *Esquecidos e renascidos...*, p. 55.

⁷ PESSOTI, Bruno Casseb. *Ajuntar manuscritos, e convocar escritores: o discurso histórico institucional no Setecentos luso-brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009, p. 32.

do Reino e Nação lusitana. Os descobrimentos e conquistas empreendidos nos diversos governos portugueses foram incorporados ao esquema de periodização da História produzida sob a chancela da Real Academia. Nesse momento, de acordo com Iris Kantor, “a nação portuguesa deveria incorporar os portugueses de todos os quadrantes do mundo, o sentimento de pertença transcendia as fronteiras políticas do Império Luso”⁸.

O Império e toda a dimensão territorial que ele havia alcançado começavam a se transformar em objeto de reflexão pelos eruditos da Real Academia. Nesse sentido, a África a Ásia e a América transformaram-se em objetos de estudos dos eruditos historiadores portugueses.

O projeto da Academia Real de História de se escrever uma história que incorporasse os diversos territórios que formavam o Império, se mostrou bastante ousado na prática. A materialização de tal projeto demandava um grau de articulação entre Lisboa e os diversos territórios coloniais a fim de fazer fluir para o Reino o máximo possível de documentos vindos das partes mais remotas do Império. Uma das estratégias da Real Academia, foi atribuir a alguns eruditos a responsabilidade por determinadas áreas, no caso do ultramar, coube a Antônio Rodrigues da Costa escrever sua história eclesiástica e a Antônio Caetano de Souza, o registro da memória de seus bispos.

Um grande volume de correspondências partiu do Reino em direção aos diversos territórios que compunha o Império incluindo o próprio Reino. Essas correspondências solicitavam o traslado de cópias de todos os documentos existentes nos arquivos públicos e privados. No caso específico do Brasil, Coube ao Vice-rei e Governador-geral Vasco Fernandes Cesar de Menezes (1720-1735) a função de intermediário na articulação das correspondências entre a Academia e as diversas capitanias brasileiras. Em carta enviada em 24 de novembro de 1722 ao Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes passou a seguinte instrução:

Pela cópia inclusa verá Vossa Mercê o que é muito do real agrado de Sua Majestade, que Deus guarde, se remeta à Academia que foi servido mandar erguer para debaixo de sua soberana proteção se escrever a História Eclesiástica e Secular do Reino de Portugal e suas Conquistas. E assim ordeno a Vossa Mercê participe esta carta e cópia aos oficiais da Câmara das vilas continentes nessa capitania [...].⁹

Nessa mesma data foram enviadas, também, cartas para Aires de Saldanha de Albuquerque, Governador do Rio de Janeiro, Rodrigo Cesar de Menezes, Governador da Capitania de São Paulo e D. Manuel Rolim de Moura, Governador da Capitania de Pernambuco. A todos a missiva levava o seguinte teor:

⁸ KANTOR, *Esquecidos e renascidos...*, p. 58.

⁹ BAHIA. 24 nov. 1722. Documentos históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. LXXI, p. 194-195.

E vai inclusa a dita memória para que Vossa Senhoria, na forma dela a execute passando para esse efeito os avisos necessários aos ministros eclesiásticos e seculares e das câmaras das cidades e vilas continentes na jurisdição desse Governo recomendando-lhes envie, cada uma, a Vossa Senhoria, com carta sua os traslados do que acharem nos seus arquivos e cartórios pertencentes ao que se insinua na dita memoria, e o mais que conduzir a maior clareza, individuação e brevidade, para Vossa Senhoria dai-nos expedir e eu os remeter à dita Academia, como o dito Senhor ordena.¹⁰

Como o objetivo da Academia visava a escrita de uma história secular e eclesiástica, além dos governadores, foram também procurados os diversos dirigentes religiosos. Em carta de 14 de novembro de 1722, Vasco Fernandes teve como receptores na Bahia, o Provincial da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, o Provincial da Companhia de Jesus, o Provincial dos Carmelitas Descalços, o Abade Geral da Ordem de São Bento, e o Provincial de Santo Antônio dos Capuchos. A todos foi solicitado a “memoria impressa do que se pretende saber das religiões que há neste Estado”¹¹. Coube principalmente ao Rio de Janeiro, Pernambuco, e Bahia o fornecimento do material necessário para o trabalho dos eruditos do Reino.

O Movimento Academicista Chega à Bahia

Passados quatro anos da fundação da Academia Real de História, o movimento academicista português alcançou o território colonial materializando-se na Bahia, com a fundação, em 1724, da *Academia Baiana dos Esquecidos*. Apesar de curta existência a Academia dos Esquecidos cumpriu a função de estabelecer, na Colônia, um ensaio de erudição entre seus membros, cujo desdobramento no tempo, criaria as condições para o surgimento de sua congênere da segunda metade do Setecentos: a *Academia Baiana dos Renascidos*.

Até o início do século XVIII cabia apenas ao Colégio dos Jesuítas a função de centro cultural luso americano¹². A porta aberta pela Real Academia, ao inserir o ultramar no interior de uma história do Império português, concedeu aos eruditos baianos força suficiente para pensar a inserção da história do Novo Mundo no contexto da história portuguesa e universal, agora sob o ponto de vista dos próprios americanos. A Colônia buscava assumir o controle da construção histórica e identitária de seu território e de seu povo. Iris Kantor chega a sugerir uma possível dimensão contraditória do empreendimento acadêmico em situação colonial, na medida em que a Academia possibilitava a “formação de uma nova percepção

¹⁰ BAHIA. 24 nov. 1722. Documentos históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. LXXI, p. 196.

¹¹ BAHIA. 14 nov. 1722. Documentos históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. XLV, p. 04.

¹² SANTOS, Domingos Maurício dos. “O Brasil em Alcobaça (esquecidas memórias da Academia Brasileira dos Esquecidos, da Baía, entre os Códices alcobacenses)”. V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. *Actas*. Coimbra: 1965, p. 06.

sobre a territorialidade e as condições de efetivação da soberania portuguesa no continente”¹³. Ainda que essa percepção não possa ser identificada como uma consciência autonomista, os temas das dissertações produzidas no âmbito da Academia baiana,¹⁴ no mínimo demonstraram um interesse pelo autoconhecimento não só das próprias vicissitudes da condição colonial como de possíveis soluções das mesmas. Não vejo como algo absurdo identificar na Academia dos Esquecidos uma embrionária matriz historiográfica brasileira.

Esse projeto materializou-se sob o mecenato do Vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes. Quadro dos mais experientes entre os administradores portugueses, com passagem pelo governo da Índia (1712-1717), Vasco Fernandes, apesar de ter governado o Brasil em uma fase muito difícil em termos econômicos, buscou inserir-se estrategicamente nas relações de poder da Bahia colonial. O empreendimento acadêmico oferecia dupla vantagem a Vasco Fernandes, pois ao mesmo tempo em que aumentava o seu prestígio simbólico na Corte lisboeta, aprofundava seus laços com as elites locais.

É justamente a partir desse aprofundamento de laços com os membros das elites locais e como estratégia de melhor conhecer seus vassallos que em sete de março de 1724 nasceria, sob a direta inspiração da Academia Real de História Portuguesa, a Academia Brasilica dos Esquecidos. Um trecho do auto de nascimento da Academia reproduz o ambiente das letras na Bahia do século XVIII:

*O Exm. Sr. Vasco Fernandes César de Menezes, incomparável vice-rei do Estado do Brasil, que no seu ínclito nome traz vinculada com a profissão de ilustrar as armas a propensão de honrar as letras, para dar a conhecer os talentos que nesta província florescem, e por falta de exercício literário estavam como desconhecidos.*¹⁵

Um de seus fundadores e talvez aquele que melhor simbolizou a própria Academia, o historiador Sebastião da Rocha Pitta, assim descreveu sua fundação em terras coloniais:

A nossa Portuguesa América (e principalmente a província da Bahia), que na produção de engenhosos filhos pode competir com Itália e Grécia, não se achava com academias introduzidas em todas as repúblicas bem ordenadas para apartarem a idade juvenil do ócio contrário das virtudes e origem de todos os vícios, e apurarem a sutileza dos engenhos. Não permitiu o vice-rei que faltasse no Brasil esta pedra de toque ao inestimável ouro dos seus talentos de

¹³ KANTOR, *Esquecidos e renascidos...*, p. 122.

¹⁴ Principalmente a Academia dos Renascidos, criada em 1759.

¹⁵ *Apud* PINHEIRO, Côn. J. C. Fernandes. “A Academia Brasilica dos esquecidos: estudo historico e litterario, lido no Instituto Historico e Geographico Brasileiro pelo sócio effectivo Conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro (em sessão de 31 de maio de 1867)”. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo XXXI - Parte Segunda, 1868, p. 18.

*mais quilates do que os das minas. Erigiu uma doutíssima academia, que se fez em palácio na sua presença. Deram-lhe forma as pessoas de maior graduação e entendimento que se achavam na Bahia tomando-o por seu protetor. Tem presidido nela eruditíssimos sujeitos.*¹⁶

Rocha Pitta representava o que a Bahia tinha de mais poderoso em termos de hierarquização social. Originário de uma família de grande riqueza seus membros distribuíram-se entre todos os espaços de poder da Bahia colonial. O ponto de vista de Rocha Pitta era o do sujeito colonial, consciente de sua posição periférica, mas ao mesmo tempo, sabendo rigorosamente das possibilidades de se empreender na Colônia, dinâmica semelhante à da Metrópole. Não nos parece ter sido ele um indivíduo submetido à sua condição de periférico, mas alguém ciente do pertencimento a uma unidade política que permitia certa igualdade de oportunidade entre seus membros.

Na visão de Domingos Mauricio dos Santos, a abertura da Academia em Salvador se justificava porque “havia, ali, nessa conjuntura, além dos dois supranumerários¹⁷, um grupo de eruditos cheios de entusiasmo pelas letras, quase todos funcionários civis e militares do Estado”¹⁸.

Em termos acadêmicos a Bahia representou em todo o século XVIII uma posição de vanguarda no que se refere ao número de alunos matriculados na Universidade de Coimbra¹⁹. A título de comparação com outras regiões da Colônia, entre 1700 e 1772, somente de Salvador, saíram para os bancos da Universidade de Coimbra 445 estudantes, nesse mesmo período em toda a Capitania de Minas Gerais foram para Coimbra 217 indivíduos. A presença, desde o início da colonização portuguesa em território americano, de instituições como as Ordenanças, a Misericórdia, e o Tribunal da Relação, deram a Salvador e seu povo a possibilidade de amadurecimento intelectual e de trocas culturais mais estreitas com indivíduos reinóis.

Além disso, não podemos deixar de reconhecer a importância do Colégio dos jesuítas para a formação de um ambiente intelectual na Bahia do século XVIII. Exemplo dos mais pertinentes que bem reflete essa atmosfera cultural foi a publicação, em 1760, da obra *Sistema físico-matemático dos cometas*, de autoria do jesuíta José Monteiro da Rocha. Escrita quando o autor tinha apenas 25 anos de idade, o conteúdo da obra vai além de um relato voltado exclusivamente para as ciências exatas. Na dedicatória que escreveu em homenagem a Frutuoso Vicente Viana, o autor dá as pistas de uma possível influência iluminista ao se referir aos “excelentes autores franceses”²⁰. O fato de ter feito toda sua formação no Colégio dos jesuítas da Bahia, e ao mesmo tempo conseguir forjar uma obra de grande

¹⁶ *Apud* PINHEIRO, “A Academia Brasilica dos Esquecidos...”, p. 18.

¹⁷ Foram eles: Gonçalo Soares da Franca e Sebastião da Rocha Pitta, aceitos em 1722 como sócios supranumerários da Academia Real de História Portuguesa.

¹⁸ SANTOS, *O Brasil em Alcobaça...*, p. 07.

¹⁹ FONSECA, Fernando Taveira. *A Universidade de Coimbra (1700-1771): estudo social e econômico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1995, p. 170.

²⁰ ROCHA, José Monteiro. *Sistema físico-matemático dos cometas*. Rio de Janeiro: MAST, 2000, p. 24.

envergadura intelectual com idade tão mínima, nos leva a refletir sobre o grau de riqueza da educação inaciana e de seu reflexo na formação cultural da Bahia do século XVIII.

Reconhecendo todas as limitações inerentes a uma sociedade escravista e fortemente hierarquizada, o fato de ter no Colégio dos jesuítas uma base formadora de um ambiente razoavelmente aquecido culturalmente, pode ter sido suficiente para formar uma matriz de erudição entre alguns baianos dando-lhes o empoderamento necessário para ousar estabelecer, em nível local, um esboço de pensamento intelectual minimamente autônomo no interior da universalidade constituída pelo Império português.

Sob o protetorado de Vasco Fernandes, a primeira composição da Academia dos Esquecidos foi formada pelos seguintes membros: O Reverendo Padre Gonçalo Soares da Franca, o desembargador Caetano de Brito e Figueiredo, chanceler desse estado, o desembargador Luís de Siqueira da Gama, Ouvidor Geral do Cível, o Doutor Inácio Barbosa Machado, Juiz de Fora desta cidade, o Coronel Sebastião da Rocha Pita, o Capitão João de Brito e Lima, e José da Cunha Cardoso²¹. Percebe-se que o lugar social de onde vieram os primeiros acadêmicos restringia-se basicamente aos espaços administrativo, eclesiástico e militar.

Nascida tal qual sua congênere reinol, a academia baiana teve no mecenato do Vice-rei seu principal sustentáculo. As reuniões aconteceram todas no Palácio do governo. A criação de academias literárias no mundo português pode ser pensada no contexto de uma mentalidade Antigo Regime em que o mecenato régio assegurava, para seus membros, a simbólica aproximação ao poder, situação em direta sintonia com as classificações hierárquicas de uma sociedade estamental.

No Reino, a Academia Real de História, cumpria um papel remunerador em função de uma boa prestação de serviço por parte dos vassallos. Iris Kantor amplia esse entendimento quando apresenta trecho de um discurso do desembargador Manuel de Azevedo Soares, que além de caracterizar a História como “o mais útil ramo das Letras e mestra da melhor política”²², suplicava ao rei a aplicação da justiça redistributiva e “remunerasse os serviços dos que por meio da escrita da história, construíram a glória do monarca e da nação portuguesa”²³. A condição de membro de uma academia como a Real de História dava aos letrados portugueses o reconhecimento, por parte da Coroa, de serem eles, prestadores do real serviço, situação que bem se enquadrava no *ethos* nobiliárquico²⁴ do Antigo Regime português. Para os indivíduos reinóis o fato de pertencerem aos quadros da instituição literária e de terem a responsabilidade de legitimar a história portuguesa, foi assim explicado por Taise da Silva: “o reconhecimento do papel dos letrados para a elevação das letras pátrias conferiu-lhes lugar no rol dos varões ilustres por armas, por letras ou por virtudes, nobilitando-os, ainda que não procedessem de família fidalga”²⁵.

²¹ CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil, 1641/1820-1822* – Vol. 1 – Tomo 1. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 3.

²² KANTOR, *Esquecidos e renascidos...*, p. 44.

²³ KANTOR, *Esquecidos e renascidos...*, p. 44.

²⁴ Esse *ethos* consistia na valorização, por parte dos indivíduos, em prestar ao rei serviços remunerados.

²⁵ SILVA, Taise Tatiana Quadros da. “Poder e *episteme* na erudição histórica do Portugal Setecentista:

A princípio, existia no Reino, entre aqueles que exerciam o ofício da escrita da história, a expectativa de remuneração de serviços. Mesmo que não possamos fazer uma transmissão direta dessa expectativa, na esfera dos eruditos coloniais, nos parece ser algo factível a reprodução dessa mentalidade na Colônia, principalmente naquilo que diz respeito ao sentimento de pertencimento a um grupo cuja função de “historiadores” os colocava – em território colonial – como legitimadores da pujança e do poder imperial português.

Dentre os escolhidos para membros da Academia estava a fina flor de uma elite econômica, mas principalmente letrada da Bahia colonial. A organização dos trabalhos, em termos de funções, teve a seguinte distribuição entre os membros fundadores: a Luís Siqueira da Gama coube a tarefa de se escrever a história política; a história eclesiástica ficou sob a incumbência de Gonçalo Soares da Franca; para Caetano de Brito e Figueiredo ficou a história natural; e a Inácio Barbosa Machado, a história militar. A secretaria da instituição ficou com o acadêmico José Luís Cardoso. Apesar de ter nascida sob o manto da vocação historiográfica, os Renascidos não se restringiram a ela, incorporaram outras formas de discursos como os de cunho literário por exemplo.

Ao núcleo fundador, se juntaria mais tarde, outro grupo, foram eles: Antônio Cardoso da Fonseca, José de Oliveira Serpa, Antônio de Oliveira, o reitor do Colégio dos Jesuítas, Padre Rafael Machado, João Borges de Barros, Aires Penhafiel e José Pires de Carvalho e Albuquerque. Os números da composição total dos membros dos Renascidos não são unânimes entre os estudiosos. Certamente seu quadro ultrapassou os 100 participantes entre numerários e supranumerários, o que também ajudou a diversificar e ampliar o escopo social de seus participantes se comparado com os sete fundadores.

As sessões da Academia baiana dividiram-se em duas partes, uma puramente literária e outra que compreendia a leitura de dissertações de caráter científico. Essas dissertações ficavam a cargo dos mestres, responsáveis pela investigação e produção histórica. Nos códices alcobacenses analisados por Domingos Maurício dos Santos foram identificadas várias dissertações cuja temática se referia tanto “a origem dos Índios e primeiros povoadores da América e se tiveram os Antigos dela algum conhecimento” como “Dos céus, Planetas, Constelações e Climias Brasileiros”²⁶. Inácio Barbosa Machado, lente responsável pela história militar, relatou em suas dissertações sobre a penetração portuguesa no continente brasileiro. A história eclesiástica, sob a responsabilidade do erudito baiano o Padre Gonçalo Soares da Franca, foi bastante prejudicada pela escassa documentação mas não o suficiente para impedir ao religioso a projeção de uma história geral da Igreja no Brasil²⁷. Um resumo do que representou os trabalhos da Academia dos Esquecidos, mesmo que possa ter algum exagero de cunho nativista, foi assim definido por Domingos Maurício dos Santos:

Não são porém, aspectos literários de segunda ordem que mais releva acentuar. O que, sim, importa é a

uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721)”. *História da Historiografia*, Mariana, n. 3, set. 2009, p. 205-206.

²⁶ SANTOS, O Brasil em Alcobaca..., p. 15.

²⁷ SANTOS, O Brasil em Alcobaca..., p. 18.

*manifestação de cultura coletiva que estas dissertações, embora rudimentares para as exigências do nosso tempo, constituem, como sintoma expressivo de despertar da cultura autóctone do Portugal da América, a denunciar a formação duma consciência espiritual coletiva que, daí a um século, sem violências nem contradições, havia de exprimir-se em plenitude.*²⁸

Em pouco menos de um ano de existência, fevereiro de 1725, a Academia Brasilica dos Esquecidos encerraria suas atividades. O Cônego Fernandes Pinheiro fez uma leitura que nos parece realista a respeito da não perenidade das academias europeias com reflexo direto na Academia baiana: “Descendente em linha reta das academias italianas, espanholas e portuguesas, foi a Academia Brasilica dos Esquecidos a legítima representante do espírito fútil e da incontinência tropológica que tanto prejudicaram à suas avoengas”²⁹.

Independente de não ter a Academia dos Esquecidos alcançado vida longa, ou mesmo de ter sido representante de espírito fútil, os baianos que dela participaram representaram um sopro de vida letrada no inóspito ambiente cultural da colônia. Mesmo que outras academias tenham surgido na América portuguesa nesse período, nenhuma delas alcançou a força simbólica dos Esquecidos como representante de uma tentativa de se constituir uma matriz cultural e intelectual, minimamente autônoma, na América portuguesa. O espaço de sociabilidade representado pela Academia dos Esquecidos criou um ambiente que motivou aos indivíduos da Colônia, a se verem a partir de suas próprias características político-sociais, gerando força suficiente para estimular a produção de uma obra historiográfica com o valor e a dimensão da escrita por Sebastião da Rocha Pitta³⁰. Somente em junho de 1759, com a criação da Academia Brasilica dos Renascidos, o projeto dos Esquecidos seria retomado, agora com mais força e amadurecimento intelectual.

Os Renascidos Baianos

Assim como a Academia dos Esquecidos, que teve no Vice-rei seu principal mecenas, no caso dos Renascidos sua fundação está diretamente ligada ao nome de José Mascarenhas Pacheco Coelho Pereira de Melo. Personagem dos mais instigantes da segunda metade do século XVIII, José Mascarenhas chegou ao Brasil depois de ser nomeado, em 1758, por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, para a função de conselheiro do ultramar na Bahia. Um ano antes de sua nomeação, ganhou notoriedade ao participar ao lado do pai, o desembargador João Pacheco Pereira de Vasconcelos, da repressão sobre um protesto ao monopólio dos vinhos do Alto Douro, na cidade do Porto.

José Mascarenhas chegou à Bahia juntamente com outros dois comissários, Antônio de Azevedo Coutinho e Manuel Estevão de Almeida Vasconcelos

²⁸ SANTOS, O Brasil em Alcobaça..., p. 26.

²⁹ PINHEIRO, “A Academia Brasilica dos Esquecidos...”, p. 32.

³⁰ Publicado em Lisboa em 1730, o livro *História da América Portuguesa* foi bastante elogiado pelos membros da Academia Real de História.

Barberino. Chegaram para cumprir três determinações que lhes foram passadas através de instruções secretas, foram elas: instalação de uma Mesa de Consciência e Ordens, criação de um Conselho de Estado e Guerra de todos os domínios ultramarinos e a expulsão dos jesuítas do Brasil. A direção da Mesa deveria ser assumida pelo arcebispo primaz D. José Botelho de Matos, entretanto, por se posicionar contrário à expulsão dos jesuítas, D. José Botelho renunciou ao cargo de arcebispo recolhendo-se à ermida de Nossa Senhora da Penha de Itapajipe, onde veio a falecer em 1767³¹. Mais tarde, esse mesmo D. José Botelho, receberia do acadêmico José Pires de Carvalho e Albuquerque, homenagem através de um culto métrico composto de 109 cantos.

Sobre a relação entre a expulsão dos jesuítas e a fundação da Academia dos Renascidos por José Mascarenhas, Iris Kantor faz a seguinte conjectura:

Tendo em vista a importância da Companhia de Jesus não somente na formação intelectual, mas também para a institucionalização do conhecimento sobre o território e os habitantes americanos, não é difícil imaginar o impacto que tais medidas tiveram na sociedade colonial. Aqui, procuro indicar a hipótese de que a instituição da Academia tenha servido de fórum de negociação para enfrentar a crise gerada pela expulsão da Companhia de Jesus. Ao promover a criação da Academia, José Mascarenhas tinha em mente a formação de consensos mínimos que garantissem algum grau de governabilidade, já que seus membros representavam importante parcela das elites dirigentes e econômicas locais.³²

Não questiono as conclusões da autora, mas entendo ter sido, também, a criação dos Renascidos, resultado da permanência de uma memória intelectual e erudita, entre as elites baianas, que remontava aos tempos dos Esquecidos. O ideal de construção de uma identidade historiográfica colonial, presente nos Esquecidos, é retomado entre os Renascidos cujo principal objetivo foi o de identificar e legitimar, em dimensão imperial, reivindicações que representassem os interesses locais. Do ponto de vista da Coroa, uma academia erudita na Colônia, de certa forma colocava-se em sintonia com a nova lógica pombalina de produzir o conhecimento e de formação de novas elites distanciadas da pedagogia inaciana.

Apesar de ter vindo de Lisboa, José Mascarenhas era um baiano por ascendência. Seu pai, o citado desembargador João Pacheco Pereira, nasceu em Salvador e chegou a ser chanceler da Relação do Rio de Janeiro em 1751. João Pacheco foi filho do fidalgo cavalheiro e Familiar do Santo Ofício, Manuel Pacheco Pereira. De acordo com informação retirada de sua leitura de bacharel, João Pacheco teve um irmão religioso da Companhia de Jesus³³, e chega a ser irônico o fato do dito religioso ter em seu sobrinho um dos escolhidos da incumbência de expulsão dos

³¹ KANTOR, *Esquecidos e renascidos...*, p. 117.

³² KANTOR, *Esquecidos e renascidos...*, p. 119.

³³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura de Bacharéis, Mç. 31, D. 16.

jesuítas do território brasileiro.

José Mascarenhas tornou-se grande erudito com formação em universidades como as de Valhadoli e Coimbra. Integrou a Real Academia de la História (Madri) e a Academia de Geografia da Valhadoli, também na Espanha. Em Portugal foi membro numerário da prestigiada Academia Real de História Portuguesa. Como se pode perceber o fundador da Academia baiana tinha lastro intelectual suficiente para liderar tal empreendimento.

Em terras baianas, José Mascarenhas contou com o auxílio de eruditos, principalmente do Padre Antônio de Oliveira, ex membro dos Esquecidos, de Antônio Rodrigues Nogueira, e uma das principais referências da academia durante seu período de existência, o Sargento-mor Antônio Gomes Ferrão Castello Branco³⁴. A primeira reunião ocorreu em 19 de maio de 1759 e contou com a presença de 40 membros.

No Antigo Regime o termo “Academia” não representava, necessariamente, uma instituição aos moldes contemporâneos com periodicidade definida e estatutos registrados. A reunião de pessoas eruditas seja por uma dia ou mesmo para homenagear um único evento, já se configurava uma reunião acadêmica. Alguns eventos específicos como a recepção a algum indivíduo importante da Metrópole, já seria suficiente para motivar um encontro de eruditos. No caso da Academia dos Renascidos, ainda que tenha surgido na perspectiva de se tornar uma instituição com certa perenidade e com claros objetivos de produzir conhecimento intelectual na Colônia, teve seu pretexto inicial vinculado a um ato pueril como foi o caso do restabelecimento da saúde do rei D. José I (1750-1777).

Dentre os 40 sócios fundadores estavam os mais destacados membros das elites baianas. Em um levantamento dos 40 numerários foi possível identificar a seguinte composição: 22 religiosos, 07 militares e 5 magistrados. O expressivo número de religiosos se explica por estes representarem maciçamente aqueles que tinham boa formação intelectual. Muitos dos que fizeram parte dos membros numerários se confirmaram como autores de obras que se tornaram referência até os dias de hoje, como é o caso de José Antônio Caldas e Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão³⁵.

O grupo diretivo da instituição foi formado pela seguinte composição: presidente, José Mascarenhas Pacheco Pereira de Mello, censores, Dr. João Borges de Barros, João Ferreira Bittencourt e Sá, Frei Ignácio de Sá e Nasareth e o Dr. José Pires de Carvalho, eleito em segundo escrutínio após empate com o Frei Calixto de S. Caetano. Além desses, também fizeram parte o secretário, Antônio Gomes Ferrão Castello Branco e o vice-secretário, Bernardino Marquez de Almeida e Arnizau³⁶.

A solenidade de fundação oficial da Academia dos Renascidos se deu em 6 de junho de 1759 e foi assim justificada: “(...) pela necessidade de erigir um padrão da alegria que sentiram os habitantes da Bahia com a notícia do perfeito

³⁴ LAMEGO, Alberto. *A Academia Brazilica dos Renascidos: sua fundação e trabalhos inéditos*. Paris-Bruxelas: L'Édition d'Art Gaudio, 1923, p. 10.

³⁵ As duas principais obras dos autores citados foram: CALDAS, José Antônio. *Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Edição fac-similar. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951. JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Catálogo genealógico das principais famílias, de Frei Jaboatão (1762)*, 2 v. Edição de Pedro Calmon. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

³⁶ LAMEGO, *A Academia Brazilica...*, p. 14.

restabelecimento de Sua Magestade Fidelissima, depois da perigosa enfermidade, e do seu afeto à real pessoa”³⁷. Como já informei anteriormente, o monarca homenageado foi D. José I e assim nascia a instituição literária baiana sob o manto da reiteração simbólica do Reino.

A solenidade de fundação envolveu muita pompa, com os acadêmicos reunidos na capela-mor da Igreja dos Carmelitas Descalços. Dentre os membros numerários seis deles faltaram por motivos pessoais, entre eles o censor da instituição José Pires de Carvalho e Albuquerque, que se ausentou devido a moléstia do pai que viria a falecer poucos dias depois. A solenidade ocupou-se de todos os juramentos, discursos e entrega de diplomas. Dentre os diversos discursos cujos temas foram distribuídos entre os membros, um deles tinha sido encarregado ao censor José Pires de Carvalho e Albuquerque que trataria do seguinte assunto: “O grande affecto d’El Rey Nosso Senhor, às Sciencias e Bellas Letras”.

Iris Kantor fez uma descrição da pompa do cerimonial que nos permite perceber a representatividade, por parte dos acadêmicos baianos, de pertencimento a uma mesma comunidade política de dimensão imperial, cujo elemento de síntese era a própria condição de vassalidade a um mesmo soberano:

*Logo na entrada, os acadêmicos deveriam fazer uma primeira reverência profunda (em noventa graus) voltados para o retrato do rei; no meio do salão, executariam a segunda reverência; e, por fim, uma terceira, próximos do assento. As reverências e os gestos deveriam ser executados em silêncio absoluto. Era recomendado aos acadêmicos, antes de falarem ou lerem as composições, fazerem uma vênua ao retrato de Sua Majestade, e em seguida aos conselheiros, censores e secretários.*³⁸

Segundo informação do Cônego J. C. Fernandes Pinheiro, depois da primeira reunião os acadêmicos voltaram a se encontrar nos dias 21 de julho; 04 e 18 de agosto; 1º, 15 e 23 de setembro; 18 e 27 de outubro; 10 e 24 de novembro; e 08 e 17 de dezembro de 1759; além de 31 de março e 12 e 26 de abril de 1760³⁹.

Afirmo que a presença de academias na Bahia representou, para as elites, a possibilidade de legitimar o território colonial no interior do Império português. Os trabalhos desenvolvidos pelas dissertações sugeridas aos acadêmicos Renascidos simbolizaram o desejo dos eruditos baianos de afiançar a força política e econômica da América portuguesa. O conteúdo historiográfico produzido pela Academia dos Renascidos serviria como uma espécie de memória histórica da América portuguesa cuja função seria o de não só legitimar politicamente o território colonial como servir de base de resgate para as gerações posteriores.

³⁷ LAMEGO, A *Academia Brazilica...*, p. 56.

³⁸ KANTOR, *Esquecidos e renascidos...*, p. 104.

³⁹ PINHEIRO, Côn. J. C. Fernandes. “A Academia Brasilica dos Renascidos: estudo historico e litterario, lido no Instituto Historico e Geographico Brasileiro pelo sócio effectivo Conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro”. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo XXXII – Parte Segunda, 1869, p. 56.

É sempre bom contextualizar a conjuntura da segunda metade do século XVIII como a fase das reformas empreendidas pelo consulado pombalino. Tratou-se de conjuntura em que algumas tradições foram sendo questionadas como, por exemplo, as relacionadas com a interferência do poder metropolitano no interior do poder local colonial. Questões relacionadas com a regulamentação da propriedade fundiária e concessão de propriedade de ofícios públicos e patentes militares impactaram diretamente nos interesses das elites baianas. Um exemplo bastante plausível de como a produção científica da Academia dos Renascidos pode ter servido aos interesses da elite colonial, consiste na obra de pesquisa genealógica do Renascido, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão. Serviram as genealogias construídas por Jaboatão como uma espécie de atestado de direitos de propriedades e privilégios nobiliárquicos adquiridos e legitimados no tempo pelos diversos clãs que constituíram as elites baianas. Em contexto de reformas, a tradição temporal estabelecida pelo frei Jaboatão, respaldava a defesa da manutenção de privilégios, da comprovação de propriedades e da prerrogativa de se continuar instituindo vínculos de morgado e capela⁴⁰.

Como já demonstrei, a composição das Academias refletia diretamente a segmentação setorial das elites baianas. Entretanto, o fato de buscar a ampliação de seus membros através da nomeação de sócios supranumerários⁴¹ de fora da Bahia, as Academias esboçaram a possibilidade de provocar uma unidade de pensamento das elites que compunham as diversas partes da América portuguesa o que poderia resultar em uma leitura mais profunda e mais global da realidade colonial. As temáticas das dissertações produzidas transitavam entre o específico baiano e o geral, que englobava toda a América portuguesa.

Através do manuscrito conservado no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicado na edição de 1839 de sua revista, é possível ter uma ideia da organização geral das dissertações que, no conjunto, visavam escrever as “memórias para a História universal da nossa América, que se hão de escrever na língua portuguesa”⁴². A distribuição das funções de pesquisa entre os sócios seguiu uma construção bastante fragmentada e atendendo os limites da cientificidade historiográfica da época. De uma compilação de grandes temas nasceria uma unidade histórica que viria a dar vida a uma “verdadeira” História Universal da América portuguesa.

Uma das primeiras tarefas entregue a três sócios foi o de escrever em língua portuguesa a “história de todos os índios da nossa América”⁴³. Indo além, a outros três sócios foi indicado a composição de uma história da “agricultura própria do país, especialmente do açúcar, tabaco e suas fábricas”⁴⁴. A dois grupos de quatro sócios cada um, foi solicitado uma história natural que “compreende os três reinos animal, vegetal e mineral”, e a escrita das “memórias genealógicas de toda a

⁴⁰ KANTOR, Iris. “A Academia Brasílica dos Renascidos e o governo político da América Portuguesa (1759): notas sobre as contradições do cosmopolitismo acadêmico lusoamericano”. Separata da *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras, Coimbra, vol. 24, 2003, p. 64.

⁴¹ Um deles foi o poeta mineiro Claudio Manuel da Costa, cuja função seria escrever sobre sua região.

⁴² “PROGRAMMA Historico”. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo I, 1839, p. 69.

⁴³ “PROGRAMMA Historico”, p.70.

⁴⁴ “PROGRAMMA Historico”, p.70.

América”⁴⁵. Quanto ao interesse em conhecer o setor militar a academia prezou pela riqueza de detalhes ao sugerir a cinco de seus sócios o levantamento das:

*Memórias do estabelecimento, aumento e estado presente de todos os corpos militares que há e tem havido na América Portuguesa, com os mapas gerais e particulares do estado presente das tropas, dos soldados que vencem (porque também compreendem os auxiliares e ordenanças), da graduação dos postos, e dos privilégios especiais que tenham sido concedidos aos militares.*⁴⁶

A justiça também foi contemplada com estudo específico quando foi solicitada a construção das “memórias para a história de todos os tribunais, e mais ministros da justiça e fazenda, que há e tem havido no Brasil, com a notícia do seu estabelecimento, e da divisão das suas respectivas jurisdições”⁴⁷. O comércio, recebeu da academia tratamento que correspondia à sua centralidade, pois foi visivelmente identificado como base da riqueza colonial e da exploração metropolitana. Saber como o mesmo funcionava no interior da intrincada rede de relações que configurava o exclusivo metropolitano exigiu dos acadêmicos trabalharem para estabelecer:

*As Memórias para a história do comércio assim ativo como passivo etc., com uma notícia individual de todas as rendas reais, declarando as que andam por contrato, quem as cobra, os diversos modos por que tem sido administradas, o aumento ou diminuição que tiveram desde sua origem, e o número de escravos que tem entrado e entram em cada ano na nossa América.*⁴⁸

A legislação seria contemplada com a escrita de uma “coleção de todas as leis, ordens régias, expedidas para a América, e os tratados de paz e de comércio respectivos a este continente, desde o seu descobrimento até o presente”⁴⁹. Três sócios, também seriam designados, “para examinar os livros da câmara desta cidade (da Bahia) e tirar do seu arquivo as notícias cronológicas, que se puderem descobrir, concernentes às nossas memórias históricas”⁵⁰.

A maneira de como esses trabalhos de pesquisas foram apresentados e debatidos no âmbito da Academia se deu a partir de leituras de dissertações a serem feitas em datas pré-definidas. Sobre as questões de natureza econômica, dentre elas com destaque para o comércio, um exemplo bastante instigante de temática diz respeito a assuntos relacionados à liberdade de comércio. Tradicionalmente, um setor da historiografia brasileira, atribui ao final do século XVIII, uma fase de

⁴⁵ “PROGRAMMA Historico”, p.70.

⁴⁶ “PROGRAMMA Historico”, p.70.

⁴⁷ “PROGRAMMA Historico”, p.70.

⁴⁸ “PROGRAMMA Historico”, p.70.

⁴⁹ “PROGRAMMA Historico”, p.71.

⁵⁰ “PROGRAMMA Historico”, p.71.

aprofundamento da crise do sistema colonial. Dentre os sintomas desta percepção está a chegada ao Brasil das ideias liberais. É muito comum, entre os que defendem essa tese, utilizarem os textos de Silva Lisboa⁵¹ e o relatório de João Rodrigues de Brito⁵², ambos produzidos já no início do século XIX, como exemplos de presença consistente das ideias liberais no Brasil colonial. Entendo que tal percepção não precisaria esperar tanto tempo, pois, sessenta e três anos antes da ruptura definitiva entre o Brasil e Portugal os acadêmicos Renascidos já se perguntavam na leitura de dissertação programada para o dia 13 de outubro: “Se é útil ou prejudicial às monarquias o diminuir-se os juros de dinheiro; por exemplo de oito a quatro por cento, ou pelo contrário aumentar-se de quatro a oito por cento? E se é mais útil fazer-se o comércio com inteira liberdade, ou por companhias bem estabelecidas?”⁵³. Antecipavam, os Renascidos, um debate que talvez nunca tenha ficado totalmente alheio aos indivíduos da Colônia por todo o século XVIII.

A preocupação com questões de natureza econômica ainda seria retomada pelos Renascidos quando definiram a temática a ser dissertada no dia 24 de novembro, queriam saber eles, “Qual é a mais antiga no Brasil, se a agricultura dos tabacos, ou das canas? E qual foi o inventor dos engenhos de açúcar e de reduzir a tabaco de pó aquela erva? E se poderá a maquina dos ditos engenhos fazer-se por modo mais fácil?”⁵⁴. São exemplos que nos permitem identificar o papel da academia como um instrumento que viabilizava à elite luso americana a possibilidade de pensar de maneira autônoma os diversos interesses econômicos e políticos da América portuguesa.

Um dos temas a serem dissertados no dia 23 de junho de 1759 procurava saber “Se a esta capital se deu o nome de – Cidade de S. Salvador – ou somente – Cidade do Salvador? E de qual destes se deve usar na história da nossa América?”⁵⁵. Por outro lado, o tema definido a ser dissertado em 07 de julho buscava informações que iam muito além dos interesses baianos, buscavam saber os acadêmicos, “quantas vezes, e em que partes da América Portuguesa se tem descoberto minas de salitre? E em que tempo, e que as descobriu? Se eram abundantes? Quanto distavam de algum porto de mar? E quais foram os motivos por que se não continuou a tirar dele este precioso mineral”⁵⁶. Além disso, estavam questões de natureza político/administrativa como é o caso do questionamento sobre, “quando se estabeleceu a primeira vez a Relação neste Estado da Bahia? Quem foi o chanceler que a veio criar? Quanto tempo durou o seu despacho? E porque se extinguiu? O motivo da

⁵¹ José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu) foi um jurista e economista baiano e grande interprete do pensamento de Adam Smith. Notabilizou-se como economista ao defender o livre comércio o que teria influenciado o Príncipe Regente D. João a decidir pela abertura dos portos do Brasil em 1808. Uma das principais obras de Silva Lisboa foi o livro *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, publicado pela Impressão Régia em 1808.

⁵² Aqui me refiro a uma carta escrita pelo Desembargador João Rodrigues de Brito respondendo a uma solicitação do Governador da Capitania da Bahia, o conde da Ponte, que endereçou ao Senado da Câmara cinco questões de natureza política e econômica que impediam o crescimento da Bahia. A resposta de João Rodrigues de Brito, devido a sua riqueza de detalhes, transformou-se em um rico documento sobre a economia baiana de fins do século XVIII e início do XIX.

⁵³ “PROGRAMMA Historico”, p. 74.

⁵⁴ “PROGRAMMA Historico”, p. 75.

⁵⁵ “PROGRAMMA Historico”, p. 72-73.

⁵⁶ “PROGRAMMA Historico”, p. 73.

segunda vez se erigir este tribunal? Como? Por quem? E em que tempo?”⁵⁷.

Todas essas questões propostas pela Academia dos Renascidos, não obstante não terem sido levadas à frente, representaram uma oportunidade verossímil de se conhecer a mentalidade coletiva de parcela privilegiada da sociedade baiana da segunda metade do século XVIII. São temas que nos ajudam a conjecturar sobre o grau de alienação da elite colonial em relação à sua posição de “explorada” no contexto da relação Metrópole/ Colônia. Além disso, tende a colocar em xeque o grau de institucionalidade dessa relação de exploração, no contexto do exclusivo econômico, mesmo que reconheçamos que esta relação tenha sido estabelecida em bases assimétricas.

Concordo com Iris Kantor quando ela afirma que os Renascidos pensavam o espaço americano como uma unidade geopolítica e como um território indivisível e homogêneo⁵⁸. Indo mais longe, os Renascidos viam na história da América portuguesa um passado particular e inserida na temporalidade da cristandade universal⁵⁹.

O fato, porém, de pensarem o território americano como uma comunidade geopolítica indivisível e homogênea, não significava que os Renascidos tivessem representado um ensaio de crítica ao sistema imperial português. Conhecer e questionar suas vicissitudes no campo econômico não foram atitudes suficientes para criar nos Renascidos uma mentalidade nativista de cunho separatista. Entendo, portanto, que projetos sediciosos semelhantes aos que aconteceram no último quartel do século XVIII compreendem apenas a continuidade de uma mentalidade forjada nas diversas conjunturas desse mesmo século, sem necessariamente significarem “ensaios” de uma crise sistêmica no interior do Império Luso americano.

Considerações Finais

O ocaso da Academia dos Renascidos viria junto com a prisão de seu fundador e principal mecenas, José Mascarenhas Pacheco Pereira de Melo. Passados cinco meses de sua fundação, não sobreviveu a instituição a tamanho impacto. Apesar de terem sido previstas com antecedência, reuniões até o dia 26 de abril de 1760, possivelmente o último encontro dos Renascidos não ultrapassou o 10 de novembro de 1759.

Os motivos da prisão de José Mascarenhas são envoltos em algumas conjecturas. Fala-se de ter sido acusado de dupla traição, de um lado, pela aproximação com os franceses aportados na Bahia envolvidos com uma suposta tentativa de invasão francesa ao Rio de Janeiro, por outro lado, aquela que nos parece mais plausível, de que tinha José Mascarenhas desistido de levar adiante uma das tarefas a serem cumpridas em terras da América, a prisão e expulsão dos jesuítas do território americano.

Em suma, independente de qual tenha sido os reais motivos que levaram ao fechamento da Academia dos Renascidos, a presença de academias eruditas na Bahia do século XVIII representou não só um espaço de legitimidade social no

⁵⁷ “PROGRAMMA Historico”, p. 73.

⁵⁸ KANTOR, “A Academia Brasília...”, p. 67.

⁵⁹ KANTOR, “A Academia Brasília...”, p. 67.

âmbito de suas elites, como também, a possibilidade de se instituir, em território colonial, uma experiência historiográfica que representasse um olhar minimamente autônomo da Colônia sobre seu passado com força suficiente para enquadrá-la no contexto de uma História da Cristandade Universal.

Junto com José Mascarenhas Pacheco Pereira de Melo desaparecia a Academia dos Renascidos enquanto instituição. Entretanto, sua existência na mentalidade coletiva das elites baianas, perduraria por todo o século XVIII como elemento de resgate e de legitimação da condição de letrados que alcançou os vassalos de Sua Majestade em território colonial.



RESUMO

A configuração, em território colonial, de representações institucionais e simbólicas típicas do Antigo Regime português, teve presença marcante na Bahia do século XVIII. Nesse século, se consolidou na Bahia, uma elite econômica que também foi política e letrada. Bem situadas financeiramente, as elites baianas buscaram ascender socialmente pelas vias dos serviços e das mercês que tão bem caracterizou o ethos nobiliárquico português do Antigo Regime. Esse artigo discute a fundação, no setecentos, de duas Academias literárias cuja função, na prática, revelaria o interesse de eruditos baianos em estabelecer uma existência ativa, do ponto de vista intelectual, no interior do Império português. Os eruditos baianos que se reuniram em torno das Academias dos Esquecidos e Renascidos vislumbraram a possibilidade de produzir uma história da América portuguesa capitaneado por um olhar autônomo sobre seu passado e com força suficiente para enquadrá-la na História da Cristandade Universal.

Palavras Chave: Antigo Regime; Elites; Historiografia; Mercês; Bahia Colonial.

ABSTRACT

The setting, in colonial territory, of typical institutional and symbolic representations of the Old Portuguese regime, had a strong presence in Bahia in the 18th century. In this century was consolidated in Bahia an economic elite that was also political and literate. Well placed financially, the Bahia elite sought to ascend socially by way of services and favors that so characterized the ethos of nobility Portuguese of the Old Regime. This article discusses the foundation, at the eighteenth century, two literary academies whose function in practice, reveal the interest of erudite in Bahia establish an active existence, from an intellectual point of view, within the Portuguese Empire. Bahian erudites who gathered around the Academies of Forgotten and Reborn glimpsed the possibility of producing a history of Portuguese America captained by an independent look at its past and with enough force to fit it in the History of Universal Christianity.

Keywords: Ancien Régime; Elites; Historiography; Favors; Colonial Bahia.

Artigo recebido em 27 out. 2015.

Aprovado em 02 mai. 2016.